

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, de forma híbrida, presencialmente no Alameda Hotel, situado à Av. Dante Michelini, 585, Jardim da Penha, Vitória/ES, e através de videoconferência pela plataforma TEAMS foi realizada a **80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. Seguem abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=ZLSSF9TrP7s>:

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 80ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 25/04/24 - Horário: 9h10 às 12h.

Antônio Áureo (Representante de Atingidos - Rio Doce/MG), Claryssa Almeida (SEDESE/MG), Cláudia Fardin Soares (SETADES), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Juliane Barroso (SETADES/ES), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios/ES), Margareth Saraiva (SECEX/ES), Soraya Benetti (FLACSO) e Walquíria Soares (AGERH/ES).

Participantes da 80ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 25/04/24 - Horário: 13h40 às 17h35.

Antônio Áureo (Representante de Atingidos - Rio Doce/MG), Carlos Alberto Oliveira (Renova), Celson Alves Ferreira (Comissão de Atingidos de Tumiritinga), Claryssa Almeida (SEDESE), Cláudia Fardin Soares (SETADES), Fabiana Mendonça Pires (Renova), Felipe Rissi Quadros (Renova), Iara Morena (Renova), João Eduardo Sales (Renova), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josmar Coelho (Prefeitura Municipal de Governador Valadares), Juliana Pinto Rocha (SETADES), Juliane Barroso (SETADES), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios/ES), Margareth Saraiva (SECEX/ES), Marily Galotte Rodrigues (Renova), Natália Oliveira (EY), Paula Vieira (Renova), Rafael Santos (Renova), Simone Garcia (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (AGERH/ES) e Tamiris Cardoso (SECEX/MG), Thales (Renova).

Após a apresentação de todos os participantes, a Sra. Cláudia Fardin, coordenadora da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação da Ata referente à 79ª RO da CT-PDCS.

Discussão	A ata da 79ª RO da CT-PDCS foi aprovada pelos membros da CT sem objeção. A coordenação comunicou que o documento seria publicado no site IBAMA/CIF.
------------------	---

3) Aprovação do ajuste no Calendário das Reuniões Ordinárias da CT-PDCS ano 2024.

Discussão	A proposta do calendário das Reuniões Ordinárias da CT-PDCS para o ano de 2024 foi ajustada, conforme consta em anexo, considerando as sobreposições de datas das Reuniões Ordinárias do CIF nos meses de junho, setembro e dezembro. Sem objeção, as datas propostas foram aprovadas pelos membros. A coordenação informou que o calendário seria disponibilizado no site IBAMA/CIF.
------------------	---

4) Apresentação pelo PG 36: Continuidade da apresentação do encaminhamento: E.74-1 - Apresentar o relatório dos testes de acessibilidade do Portal da Transparência.

Discussão	João Sales realizou apresentação de documento em PPT. O documento encontra-se disponível no arquivo da CT-PDCS. A apresentação que foi encaminhada previamente e distribuída aos membros da CT, encontra-se em memória de áudio para eventuais
------------------	--

<p>Discussão</p>	<p>consultas. João Sales realizou breve apresentação de navegação no Portal da Transparência. Finalizando a apresentação, Joéci Lopes disse que os atingidos não estão recebendo respostas aos seus questionamentos no Portal do Usuário e que deve haver um link do Portal da Transparência com o Portal do Usuário. Cláudia Fardin questionou se há um prazo para a atualização dos dados no site do Portal da Transparência. João Sales disse que o Portal da Transparência pretende atingir toda a sociedade e que os dados do Portal do Usuário não podem estar integrados ao Portal da Transparência, pois não são dados públicos e assim fazendo infringiriam a LGPD. Sobre os prazos das atualizações, João Sales informou que mensalmente são feitas atualizações no Portal pelo PG 36, mas que as atualizações a serem feitas em relação aos programas é de responsabilidade de cada área/programa. Cláudia Fardin comentou sobre a atualização dos indicadores no Portal da Transparência. Felipe Rossi informou que existe um processo mensal de atualização dos dados de cada programa, cuja responsabilidade é de cada programa dentro da Renova e existe uma responsabilidade do PG 36, de fazer a virada do novo layout do Portal da Transparência com a nova aplicação dessa camada de acessibilidade e usabilidade, começando por poucas páginas e aplicando isso diariamente. Explicou que provavelmente a coordenadora Cláudia tenha acessado alguma página cujos dados ainda não tenham passado por esta transição. Juliane Barroso registrou com alegria o reconhecimento das novas áreas, através do Colegiado do TRF6, relativo à decisão do CIF através da Deliberação CIF nº 58. Comentou que nesse período os municípios que compõem o litoral capixaba e que também sofreram com o rompimento da barragem, não tiveram a devida atenção no que diz respeito à implantação e execução dos programas. Juliane comentou que visitou o Portal da Transparência e que observou que o mapa relativo à informação dos programas em atividades nos municípios atingidos, traz a informação que o município de São Mateus, onde não há execução de programa sócioeconômico, executa o PG 05 – Programa de Proteção Social, e que inclusive consta relação de valores em relação ao PPS, informação que não condiz com a realidade. Sobre a acessibilidade do Portal, Juliane questionou se há previsão do acesso em libras e o acesso para usuários com baixa visão. Sobre a divergência em relação ao município de São Mateus, João Sales disse que iria averiguar o quanto antes, para correção. Sobre o acesso do Portal em libras, João Sales respondeu que o padrão WCAG já estabelece que o nível Duplo A é suficiente, e atinge uma camada gigantesca da população e explicou que quanto mais padrões se atinge, mais se perde em outras funções, seja na disposição do texto, seja na disponibilidade da informação, contudo disse que o programa poderia se aprofundar na discussão e entender se libras realmente é uma melhoria que precisa ser aplicada e que vê a possibilidade da aplicabilidade do recurso de libras nos vídeos. A coordenação agradeceu a apresentação realizada e ressaltou que o Portal da Transparência é um grande instrumento de comunicação. Solicitou que a equipe do programa esteja atenta para a realização dos pequenos ajustes necessários no Portal e que apresente as atualizações na próxima reunião da CT. Finalizando, Antonio Aureo sugeriu que os técnicos da Renova poderiam trabalhar as questões com uma linguagem mais simples e que fossem mais objetivos. Brevemente, expôs seu ponto de vista sobre o acolhimento aos atingidos pela CT.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E.80.1 – Apresentar as atualizações do Portal da Transparência, conforme discussão realizada na 80ª RO da CT-PDCS. Responsável: Renova. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.</p>
<p>5) Apresentação pelo PG 35: Apresentar os encaminhamentos realizados para a instalação das bases físicas do CIT em Mariana, GV e Regência.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Relativo ao PG 35, Carlos Alberto realizou apresentação de documento em PPT que abordou as entregas de descentralização e itinerância em 2023, as novidades para o ano de 2024 da Plataforma Interativa e as novas coleções, o cronograma do programa para o</p>

Discussão

ano de 2024, bem como a atualização sobre a instalação das bases físicas do CIT em Mariana, GV e Regência e a locação de imóveis para a instalação provisória dessas bases físicas. A apresentação que foi encaminhada previamente e distribuída aos membros da CT, encontra-se disponível no arquivo da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Sobre o CIT de Mariana, Carlos Alberto informou sobre a elaboração de 3 projetos conceituais (incluindo Casa do Jardim), as 2 revisões do projeto arquitetônico anteriores, a elaboração de novo Projeto Conceitual iniciado junto à área de engenharia, o cenário de novas eleições municipais como entrave em relação aos prazos da Fundação Renova, a recusa formal pela Prefeitura Municipal de Mariana sobre a instalação do CIT no terminal turístico em março de 2023, e sobre as tratativas com a Prefeitura Municipal de Mariana que estão sem avanço desde julho 2023. Sobre o CIT de Linhares informou sobre o projeto conceitual elaborado, as 2 revisões do projeto arquitetônico atual, o projeto arquitetônico, executivo, orçamentação atuais aprovados, além de licenças ambientais obtidas, o processo de contratação de obras realizado pela área de suprimentos com prazo expirado em 2023, a validação com a comunidade para a construção do CIT no Centro Ecológico e o ofício do ICMBio à Renova no dia 25/09/2023 informando que aguardava as negociações sobre a repactuação para seguir com as tratativas. Sobre o CIT de Governador Valadares foi informado sobre os 2 projetos conceituais elaborados, as 2 revisões do projeto arquitetônico atual, o projeto arquitetônico, executivo, orçamentação elaborados a partir das várias revisões e mudanças de local, a ambiência com moradores do bairro de Lourdes tensionada, o monitoramento dessa ambiência com apoio do PG 06, os laudos cautelares nos imóveis da Praça Getúlio Vargas concluídos em setembro de 2023, e o ofício Nº FR.2023.2464 de 29/09/2023 solicitando ao CIF aprovação de uso de verba compensatória para o início das obras. Importante registrar que Carlos Alberto pontuou sobre os entraves para a instalação das três bases físicas do CIT, destacando a instalação provisória destas bases em imóveis alugados, aberto ao público na data de 27/12/23, em Mariana, 28/03/24, em Linhares, e a previsão para o mês de abril para o CIT de Governador Valadares. Encerrada a apresentação do documento em PPT, Walquíria perguntou se o CIT de Mariana voltaria a funcionar na Casa do Jardim, sobre o aluguel do espaço de funcionamento do CIT de Linhares, sobre a cessão do espaço público pela Prefeitura de GV para a instalação do CIT e quando serão retomadas as obras no ICMBio para receber o CIT de Regência visto toda negociação inicial e o aceite dos moradores. Luciana Oliveira registrou o repúdio da comunidade em relação à instalação do CIT em imóvel alugado na localidade de Linhares e sobre o empenho de valores neste aluguel. Enfatizou que a comunidade quer o CIT de volta em Regência. Sobre o ofício do ICMBio recebido pela Renova, Luciana frisou que já solicitou agenda com a equipe da Renova para entender como a comissão de atingidos poderia ajudar nesse diálogo com o ICMBio, considerando que a comunidade abraçou o projeto de instalação do CIT no local. Questionou se a Renova vem capacitando os atingidos para o acesso à Plataforma interativa do CIT [Home - CIT do Rio Doce](#) e se há recurso para acesso bilíngue ao site. Luciana pontuou que a Renova precisa melhorar a estratégia para a participação dos atingidos no programa Trilha de Memórias e finalizou dizendo que os prazos de instalação do CIT venceram devido à demora e à burocracia por parte da Renova. Josmar Coelho questionou se as coordenações anteriores repassaram a Cláudia sobre os entraves relacionados à recomposição financeira para construção do CIT em Valadares e qual a previsão da CT para deliberar sobre o tema. Carlos Alberto informou que o CIT de Mariana não é a continuidade da Casa do Jardim; que estão em outro espaço alugado, constituído a partir de conceitos discutidos junto à CT; que acolhe o repúdio de Luciana em relação ao aluguel do CIT de Linhares; que os valores do aluguéis são bem menores que os valores de manutenção à exemplo da Casa do Jardim; que a Renova não foi passiva em relação às negociações com o ICMBio e que tentou sem sucesso agendas com a presidência do ICMBio para reverter esse quadro; que há recurso bilíngue na Plataforma, mas que não consegue colocar a tradução em todos os documentos disponíveis; que as oficinas auxiliam os atingidos no acesso à Plataforma digital e que os atendentes dos CIAs foram treinados para apoiar os atingidos nesse acesso à

Discussão

Plataforma; que há certa dificuldade em um maior alcance em relação à participação nos webinários considerando que os temas são muito técnicos, mas que a equipe se dedica à tradução de todo conteúdo para o acesso a toda população; que os webinários são gravados e disponibilizados na plataforma do CIT para acessos futuros. Sobre a análise do orçamento do CIT de Governador Valadares, Cláudia Fardin informou que já estava inteirada do assunto, leu todos os documentos entregues à CT e conversou com o ex-coordenador suplente da CT, o Sr. Henrique de Souza. Rememorou que Henrique esteve de posse desses documentos e que à época informou que solicitaria ajuda ao governo de Minas para que analisasse os custos propostos pela Renova para a construção do CIT de Governador Valadares, e assim o fez. Destacou que Henrique não está mais no governo de Minas Gerais e que ainda não teve tempo de conversar com os colegas de Minas Gerais para saber se essa análise foi feita para assim apresentar devolutiva à CT. Josmar registrou sua preocupação no encaminhamento da demanda, pois é uma pauta muito importante para o município de Governador Valadares. Juliane Barroso pontuou sobre a importância de constar no site da Fundação Renova o domínio do CIT, e que ao buscar informações do CIT no site da Renova só constam notícias do ano de 2018. Juliane questionou se a Plataforma Interativa está alinhada ao propósito de inventário e repositório de dados e informações, e se constam as produções e estudos de todas as Câmaras Técnicas e do CIF. Juliane questionou a ausência de Deliberação do CIF para que fossem alugados os espaços para a instalação provisória das bases físicas do CIT, considerando se tratar de recurso compensatório. Considerando a Deliberação CIF nº 520, que constitui e compõe o Colegiado da Curadoria de conteúdo do Repositório do Centro de Informações Técnicas (CIT), Juliane Barroso perguntou sobre o funcionamento desse Colegiado e se esse colegiado tem vislumbrado todo o sistema CIF no que diz respeito a imensa produção de conteúdo das Câmaras Técnicas. Margareth Saraiva rememorou o tempo que o governo do estado do Espírito Santo junto ao sistema CIF, levou para decidir sobre a localização da implantação dos Centros de Informações Técnicas, focados especialmente, em um primeiro momento, nas informações socioambientais. Destacou que foram estabelecidos critérios através do diálogo com a associação de municípios, com os atingidos, para a definição da localidade para a instalação do equipamento. Pontuou que numa perspectiva de um trabalho, de um Centro de Informações Técnicas articulado com o trabalho de educação ambiental a ser desenvolvido pelo PG 33, foi definido o espaço físico do Projeto Tamar na localidade de Regência/ES, considerando o impacto do desastre da Samarco no Rio Doce, na região capixaba, e pelo número de pescadores impactados e a alteração do modo de vida nessa região. Tal definição foi registrada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA/ES no sistema CIF e aprovado através da Deliberação nº229 e Nota Técnica CT-PDCS nº 11/2018, informou Margareth. Reconhece que a Renova encontrou um grau de dificuldade em relação ao ICMBio, tendo em vista o processo de repactuação em curso à época e a responsabilidade em relação ao repositório. Informou que o governo do Estado do Espírito Santo, o RI da Renova e o representante do ICMBio farão reunião no dia 26 de abril de 2024, para retomar o diálogo sobre a instalação do CIT de Regência. Pontuou que se não há anuência do CIF para a locação de espaços para a instalação das bases do CIT nas localidades de Mariana, Governador Valadares e Regência, a Fundação Renova está descumprindo a Deliberação CIF nº 229. Destacou sobre o desafio de organizar o repositório do PG 35, considerando os programas socioeconômicos e socioambientais, visto a infinidade de informações do sistema CIF. Sugeriu que a CT informe ao CIF sobre o descumprimento da Deliberação citada. Respondendo aos questionamentos, Carlos Alberto comunicou que a equipe fará constar o endereço eletrônico do CIT no site da Renova; que a equipe do programa vem trabalhando para que o repositório esteja integrado com uma navegação mais acessível; e que ainda não estão disponibilizadas todas as produções do sistema CIF. Ressaltou que a instalação das bases do CIT em imóveis alugados não inviabiliza e não substitui a questão das parcerias que vem

<p>Discussão</p>	<p>sendo construídas e discutidas. Esclareceu que ao longo de todo o ano passado, a equipe teve o posicionamento da Câmara em relação a garantia de que algo fosse feito enquanto o processo das parcerias não avançasse; que foi apresentada essa solução da possibilidade do aluguel à CT no ano passado da mesma forma que foi pontuada à questão da instalação dos pontos de acesso. Sobre o Colegiado de Curadoria, Carlos Alberto rememorou todo o trabalho feito em parceria com a Câmara Técnica. Disse que coube a Câmara Técnica fazer o convite às pessoas para participar do colegiado de curadoria e que esse convite não teve adesão; que vem tratando essa questão internamente e que tem um desenho de gestão da informação e que podem compartilhar com a CT; que é publicado no relatório mensal do CIF e que esse processo tem sido auditado, bem como o processo de escolha das pessoas que participarão dos webinários. Luciana Oliveira perguntou se Carlos se recordava quando foi feito esse convite que não houve adesão. Walquíria disse que se recorda da discussão do perfil das pessoas para compor esse colegiado e que cabe a Renova a mobilização das pessoas. Sobre a questão do conteúdo dos webinários, Walquíria perguntou se o conteúdo é muito técnico, que às vezes as pessoas não se interessam em participar, ou se o conteúdo não é traduzido para uma linguagem acessível para que as pessoas entendam. Iara Moreno resgatou brevemente todo o histórico das tratativas com os entes públicos para a instalação das bases do CIT e sobre o processo de construção do Colegiado de Curadoria. Destacou que Fundação Renova, tem ciência do atraso, dessa entrega tão importante que é o CIT. Mencionou que a equipe do programa está a disposição para revisitar a discussão sobre o Colegiado de Curadoria. Carlos Alberto disse que se recordava do processo de construção do Colegiado de Curadoria; que a indicação dos nomes se daria pela Câmara Técnica, a nomeação pelo CIF e a mobilização pela Fundação Renova, mas que não teve a conclusão do processo; que criaram todo o material de apoio para o funcionamento desse colegiado. Cláudia Fardin agradeceu a apresentação pelo PG 35 e registrou os seguintes encaminhamentos: o resgate das informações do Colegiado de Curadoria pela Fundação Renova; a apresentação dos valores que já foram efetivados e dos valores que estão previstos nos aluguéis dos espaços para os CITs; o Contato da CT-PDCS com o comitê Pró-Rio Doce de Minas Gerais com relação ao CIT de Governador Valadares. Sobre o encaminhamento, Margareth Saraiva acrescentou que a Renova deve indicar qual o recurso, o programa, a fonte, o projeto e a ação estão sendo utilizados para custear o valor do aluguel das bases do CIT; e que a CT elabore uma Nota Técnica para levar ao conhecimento do CIF todas essas questões do CIT; e que inicialmente, haja uma aproximação da equipe do PG 35 com a equipe do PG 33, considerando sua transversalidade. Finalizando, Walquíria solicitou que a Renova apresente na próxima reunião uma previsão da manutenção e da permanência dos espaços alugados para o funcionamento das bases do CIT e explique como serão administrados os conteúdos produzidos quando findar o prazo da administração pela Fundação Renova.</p>
<p>Encaminhamentos</p>	<p>E.80 - 2 – Resgate das informações sobre o Colegiado de Curadoria. Responsável: PG 35. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.</p> <p>E.80 - 3 – Apresentação dos valores efetivados e dos valores previstos dos aluguéis dos espaços para as três bases físicas do CIT com a indicação de recurso, programa, fonte, projeto e ação. Responsável: PG 35. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.</p> <p>E.80 - 4 – Contato com o comitê Pró-Rio Doce de Minas Gerais com relação ao CIT de Governador Valadares. Responsável: CT-PDCS. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.</p> <p>E.80 - 5 – Elaborar Nota Técnica para dar ciência ao CIF das questões sobre o CIT tratadas na 80ª RO da CT-PDCS. Responsável: CT-PDCS.</p> <p>E.80 - 6 – Indicar a previsão da manutenção e da permanência dos espaços alugados para o funcionamento das bases do CIT e como serão administrados os conteúdos produzidos quando encerrar o prazo do programa pela Fundação Renova. Responsável: PG 35. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.</p>

6) Deliberação CIF nº 779: Rebatimentos para a CT-PDCS.

Discussão	<p>Sobre a Deliberação CIF nº 779, de 05 de abril de 2024, aprovada na última RO do CIF, Cláudia Fardin expôs que trata-se da atuação da Ouvidoria da Fundação Renova nas Reuniões Ordinárias do CIF. Explicou que a Ouvidoria da Fundação Renova deverá estar presente em todas as Reuniões Ordinárias do CIF para acompanhamento dos pedidos e denúncias apresentados durante a fala das pessoas atingidas, que serão registrados pelo secretariado do Gerenciador CIF, inclusive para a composição das atas. Os registros feitos deverão ser respondidos preferencialmente de forma individualizada, mediante protocolo, os quais poderão ser objeto de resposta coletiva, dependendo do caso, ressalvado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas aplicáveis à matéria. Cláudia Fardin destacou que a referida deliberação atribui à CT-PDCS o acompanhamento das ações da Ouvidoria relacionadas à presente Deliberação, bem como a proposição de diretrizes, recomendações e demais orientações no decorrer do procedimento, visando maior transparência e eficiência. Fernanda Amélia pontuou que esse trabalho estabelecido na deliberação já foi iniciado na última reunião do CIF; que já receberam os dados das pessoas inscritas nessa oportunidade; que já fizeram uma reanálise dos vídeos da reunião e já fizeram os encaminhamentos para o início do tratamento das demandas antes mesmo da publicação da ata da reunião. Como proposta inicial, Fernanda Amélia sugeriu que a equipe da Ouvidoria reporte mensalmente à CT-PDCS as informações requeridas pela deliberação nº 779 junto ao relatório da Ouvidoria já encaminhado mensalmente que traz as informações de indicadores e outros números. Cláudia Fardin aprovou a proposta e disse que fará esse acompanhamento nas próximas reuniões do CIF.</p>
Encaminhamento	<p>E.80 - 7 – Reportar à CT-PDCS mensalmente o relatório do Status da Ouvidoria acrescido das informações elencadas na Deliberação CIF nº 779. Responsável: Ouvidoria. Prazo: mensal.</p>

7) PG 06 - Pilar Diálogo: Fechamento do CIA de Tumiritinga.

Discussão	<p>Sobre o item de pauta, Cláudia Fardin evidenciou o recebimento do ofício FR.2024.0895, relativo ao fechamento do Centro de Informação e Atendimento (CIA) de Tumiritinga/MG no dia 04 de abril de 2024. Luciana Oliveira questionou o motivo do fechamento do CIA de Tumiritinga, pois não consta tal informação no ofício enviado. Externou que o Espírito Santo tem grande carência de CIA fixo e que o CIA de Linhares não dá conta de atender toda a comunidade; que sua preocupação com o fechamento do CIA de Tumiritinga é de se abrir um precedente para o fechamento dos demais CIAs fixo. Luciana rememorou a discussão sobre a importância do CIA no território, realizada em reunião no SESC de Aracruz, visto que é um canal de atendimento presencial. Cláudia Fardin informou que a única informação constante no ofício encaminhado pela Renova é a de que além desses espaços, a Renova também conta com outros formatos e canais específicos de relacionamento para o atendimento à população atingida. Contudo, enfatizou que o CIA é um ponto importante para o atingido, visto que oferece o atendimento presencial, onde a pessoa se sente acolhida e que outro canal não substitui esse atendimento face a face, sem contar a dificuldade de muitas comunidades em possuir contato telefônico e dificuldades com a internet. Solicitou explicações e as causas do fechamento do CIA em Tumiritinga. Joéci Miranda destacou que mais unidades do CIA precisavam ser abertas e não fechar as unidades em funcionamento; que assim como relatado por Luciana, com a corrida para a declaração do imposto de renda, o CIA de sua comunidade também não tem dado conta dos atendimentos; que o contingente de atendentes no CIA é mínimo e falta preparo e empatia; que somente o município de Barra do Riacho está atendendo uma localidade enorme de pessoas que têm que viajar 2 a 3 horas; que já foi solicitado que o CIA móvel atenda ao menos um dia por semana em cada localidade; que as</p>
------------------	--

Discussão

comissões de atingidos não estão sendo avisadas da saída das pessoas das equipes de diálogo; que os atingidos estão reclamando que o atendimento é finalizado, pois recebem a informação do CIA que ligaram 3 vezes e a ligação não foi atendida. Celson Alves Ferreira, atingido de Tumiritinga, disse que não foi avisado a ninguém da comunidade sobre o fechamento do CIA e que é uma falta de respeito com o atingido. Celson solicitou explicações sobre esse fechamento. Na oportunidade, Iara Moreno explicou que os CIAs são espaços de atendimento, dentro do escopo do PG06, uma forma de oportunizar a busca de informações, o registro de manifestações, que cumprem uma forma de relacionamento com a comunidade, bastante relevante e importante, mas que não são a única estratégia; que o CIA móvel faz o atendimento nas comunidades, e que Tumiritinga não deixou de ter um atendimento com o fechamento do CIA fixo, e que isso não significa que a equipe não estará atuando no território; que inclusive, os atendentes permanecem fazendo o trabalho de registro de devolutiva das manifestações num outro formato, que é presencial, mas não é num espaço físico; que o CIA móvel tem atendido o território e que, inclusive, garante maior capilaridade de atendimento porque vai até as comunidades; que o CIA de Tumiritinga não foi fechado provisoriamente e sim definitivamente; que o CIA não foi fechado de uma hora para outra e foi informado a comunidade antecipadamente; que estão buscando melhorias para o CIA de Linhares e que estão ampliando o número de atendentes para esse CIA. Iara esclareceu que as equipes de atendimento dos CIAs passam por treinamento para manter a qualidade do atendimento e solicitou que seja endereçado a ela qualquer situação que tenha ocorrido de um atendimento descuidado ou grosseiro. Simone Franco Garcia destacou o atendimento que vem sendo feito do CIA móvel na comunidade de Tumiritinga. Luciana Oliveira insistiu e perguntou quais as causas do fechamento do CIA de Tumiritinga e frisou que o CIA é o atendimento mais democrático que existe para a escuta dos atingidos. Questionou o processo de mobilização do CIA móvel. Solicitou que a Renova reveja esse fechamento em Tumiritinga. Joeci também questionou o atendimento do CIA móvel. Celson disse que foi avisado e que após 10 dias fecharam o CIA de Tumiritinga. Externou sua preocupação com o acesso às informações pelos atingidos. Disse que a comunidade já fez um abaixo-assinado e querem a reabertura do CIA. Iara disse que estão muito limitados na forma de divulgar as atividades da Fundação Renova, visto a Ação Civil Pública, mas que entende a possibilidade de melhorar a divulgação dessa programação que é mensal. Iara respondeu que o fechamento do CIA de Tumiritinga se deu numa perspectiva técnica. Explicou a Joeci que o contato telefônico não é uma estratégia de atuação do CIA, mas é uma estratégia do 0800. Cláudia Fardin solicitou que para além da comunicação do fechamento do CIA, a equipe da Renova deve apresentar como é o pleno funcionamento do CIA móvel, a programação dos dias e horários de funcionamento, bem como de onde vem o estudo que uma base móvel é mais eficiente que uma base de atendimento fixa, o que se pretende com o fechamento dessa base fixa, como será feita a comunicação e a mobilização com o território para o atendimento do CIA móvel em Tumiritinga. Celson Alves disse que nunca foi atendido pelo CIA móvel e que a população de Tumiritinga reivindica a reabertura do CIA de Tumiritinga. Juliane Barroso destacou que o atendimento pessoal é mais humano e que a ideia do CIA móvel é muito interessante desde que não comprometa o atendimento das bases fixas do CIA; que deve ser uma soma de estratégias, considerando que a demanda irá aumentar considerando a Deliberação CIF nº 58. Solicitou a manutenção da base fixa de Tumiritinga. Cláudia Fardin mais uma vez solicitou que a Renova se sensibilize e repense a sua estratégia. Iara informou que na análise técnica realizada, o número de atendimentos do CIA móvel é bastante superior ao de CIA fixo, no caso de Tumiritinga; que todo planejamento e programação do CIA móvel é feita com base no diálogo no território; que existem 12 CIAs fixos e 3 equipes de CIA móvel. Finalizando, Cláudia Fardin solicitou que a equipe do PG 06 apresente na próxima reunião todas as informações

Discussão	referentes ao CIA fixo e CIA móvel, inclusive como são os procedimentos adotados pelo CIA móvel, onde funcionam, se existe um relatório de acompanhamento das demandas do CIA, como é feita a divulgação da programação e a comunicação do CIA móvel no território, dentre todos os outros apontamentos relatados. Juliane Barroso solicitou ainda que a Renova apresente como é feita a mobilização, a metodologia e as condições de operacionalização do CIA móvel. Luciana Oliveira registrou que há um retrocesso em relação ao fechamento do CIA fixo; que não se recorda muito bem, mas que inicialmente existia transporte pela Renova para que os atingidos fossem até o CIA para atendimento.
Encaminhamento	E.80.8 –Apresentação da metodologia de funcionamento do CIA móvel e do CIA fixo em todos seus aspectos. Responsável: PG 06. Prazo: 81ª RO da CT-PDCS.

A coordenadora Cláudia Fardin Soares agradeceu a todos os presentes pela participação e pelas contribuições. A **80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** foi encerrada às dezessete horas e trinta e cinco minutos.

Anexo:

Calendário das Reuniões Preparatórias e Ordinárias da CT-PDCS ano 2024.

MÊS	RO DA CT-PDCS*	LOCAL
ABRIL	80ª RO –25/04/2024	Vitória
MAIO	81ª RO – 28/05/2024	Vitória
JULHO	82ª RO – 03/07/2024	Belo Horizonte
AGOSTO	83ª RO – 28 e 29/08/2024	Vitória
SETEMBRO	84ª RO – 24/09/2024	Brasília
OUTUBRO	85ª RO – 30 e 31/10/2024	Belo Horizonte
NOVEMBRO	86ª RO – 27 e 28/11/2024	Brasília